

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.031 - PR (2019/0262821-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
AGRAVADO : ALINE LIMA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. RECURSO MINISTERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 381 DO CPP. SÚMULA 284/STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 619 DO CPP. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DO INSURGENTE. ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DE DANOS. PEDIDO EXPRESSO DA DENÚNCIA. OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO E DE AMPLA DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. PARECER DO MPF DESFAVORÁVEL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NA EXTENSÃO, DESPROVER.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** contra decisão que inadmitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 83/STJ e da ausência de violação ao art. 619 do CPP. (fls. 607/610).

Consta dos autos que a agravada foi condenada, como incurso nas sanções do artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal, às penas de **5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão**, a serem cumpridas em regime inicial **semiaberto**, e ao pagamento de **13 (treze) dias-multa**. (fl. 496).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo**, por maioria, deu parcial provimento ao apelo da ora agravada para afastar a indenização à vítima fixada na sentença recorrida. Eis a ementa do Julgado (fls. 495/496):

"RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - ABSOLVIÇÃO - PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA - NÃO OCORRÊNCIA - USO VOLUNTÁRIO DE DROGAS - IMPUTABILIDADE - CONCURSO DE PESSOAS - AFASTAMENTO - INVIABILIDADE - MAJORANTE DO ART. 157, §

20, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL - SIMULACRO - NÃO RECONHECIMENTO - DOSIMETRIA DA PENA - MENORIDADE - DIMINUIÇÃO ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL PREVISTO AO TIPO - ABRANDAMENTO DO REGIME DE EXPIAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS POR MAIORIA.

Quando há nos autos suficientes elementos indicativos da autoria e da materialidade do crime de roubo imputado aos agentes, não há se falar em absolvição.

Ao coautor do delito de roubo majorado não se aplica a minorante contida no § 1º do art. 29 do Código Penal, por visível incompatibilidade de conduta, restando comprovada a sua relevante colaboração na empreitada criminoso.

Nos termos do artigo 28, inciso II, do Código Penal, a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos não exclui a imputabilidade penal, ou reduz eventual pena.

O conjunto probatório sólido em demonstrar a efetiva e essencial participação de outras pessoas no roubo praticado, faz imperioso o reconhecimento da causa de aumento. Art. 157, § 2º, inciso II, da Norma Punitiva.

A ausência de potencial lesivo, em caso de simulacro de arma de fogo, embora caracterize a grave ameaça intrínseca ao delito de roubo, impede a configuração da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

Nos termos da Súmula n.9231, do Superior Tribunal de Justiça, "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.". Com a decisão do Supremo Tribunal Federal pela aplicabilidade deste enunciado, em que foi reconhecida a existência de repercussão geral, o seu entendimento deve ser adotado em todas as instâncias do Poder Judiciário.

O quantum de pena aplicado (05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão), impõe o regime semiaberto para cumprimento, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal.

Quanto a condenação da reparação por danos materiais e morais, como não foi possibilitada a defesa insurgir-se quanto aos valores, ante a ausência do pleito pelo Ministério Público ou pelo assistente de acusação, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, afasto a condenação."

Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados (fls. 534/538).

Foi interposto, então, recurso especial (fls. 543/556), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, o qual não foi admitido em razão da aplicação do verbete acima mencionado e, como consequência, a presente irresignação.

Nas razões que embasaram o apelo nobre, o **Parquet** sustentou que o aresto hostilizado violou os seguintes dispositivos legais:

a) artigos 381, inciso III, 619 e 620 ambos do Código de Processo Penal, por não haver saneamento dos vícios quanto ao dever de indenizar como efeito extrapenal e quanto ao entendimento de ter havido contraditório e ampla defesa no que diz respeito ao valor mínimo fixado na r. sentença condenatória.

b) artigos 387, inciso IV, do CPP, e 91, inciso I, do CP, ao afastar a obrigação de reparar o dano sofrido pela vítima, fixada em valor mínimo, em sentença condenatória. Informa, no ponto, que *"(...) verifica-se que os efeitos extrapenais independem de pedido da parte. É o que ocorre no caso em tela. Não se verifica no decorrer da instrução processual qualquer pedido do ofendido ou do órgão ministerial."* (fl. 552).

Pugna pelo restabelecimento dos valores arbitrados em primeira instância para reparação de danos.

O Ministério Público Federal opinou pelo **desprovimento** do agravo para em recurso especial (fls. 660/661), colacionando a seguinte ementa:

"AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. OFENSA A DISPOSITIVOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO."

É o relatório.

Decido.

Superada a questão relativa à admissibilidade do agravo, **passo à análise do recurso especial.**

Conforme relatado, busca o insurgente, em síntese, a reforma do julgado, apontando, para tanto, a ausência de esclarecimento acerca da relação entre o art. 387, IV, do CPP, e o art. 91, I, do CP, os quais tornam certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime como efeito condenatório automático.

Nesse particular, fundamentou o e. Tribunal de origem, **in verbis** (fls. 503/506):

*"Quanto ao pedido de afastamento do valor da indenização fixada em favor da vítima, analisando os autos, denota-se que **não houve pleito pelo Ministério Público ou pelo assistente de acusação para a fixação de indenização pertinente aos prejuízos suportados, o que impossibilitou a ampla defesa dos sentenciados.***

Tendo em conta que não foi possibilitado a discussão deste aspecto dentro do processo, uma vez que não pode insurgir quanto aos valores, evidente a contrariedade aos princípios do contraditório, ampla defesa e do devido processo legal.

Isto posto, merece ser afastada a condenação da reparação por danos materiais e morais decorrente da conduta perpetrada pelo apelado, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

[...]

Deste modo, voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso da ré Aline Lima dos Santos, para excluir a indenização fixada, estendendo-se ao correu Vanderlei Schmitt Borba.

De início, quanto à violação ao artigo 381 do Código de Processo Penal, constato **ausência de comando normativo**, porquanto o dispositivo legal apontado malferido diz respeito ao conteúdo da sentença. E, na hipótese dos autos, a defesa volta-se contra o acórdão proferido em embargos de declaração opostos contra o aresto prolatado no julgamento da apelação.

Com efeito, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que: "[a] *ausência de particularização dos dispositivos legais supostamente violados inviabiliza a compreensão da irresignação recursal, em face da deficiência da fundamentação do apelo raro*" (AgRg no REsp 1316495/PA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 30/04/2014) e de que "*a indicação de dispositivo de lei que não ampara a pretensão recursal enseja a aplicação do enunciado n.º 284 da Súmula do Pretório Excelso, pois caracteriza deficiência na fundamentação, o que*

dificulta a compreensão da controvérsia." (AgRg no REsp 1.489.998/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 02/06/2015).

No que concerne à aventada **ofensa do art. 619 do Código de Processo Penal**, em razão de o acórdão dos embargos de declaração supostamente não haver aclarado a **omissão** relativa às teses de que **i)** a indenização possui efeito extrapenal e do **ii)** porque não houve contraditório e ampla defesa, quanto ao valor mínimo fixado na r. sentença condenatória, verifico, da análise do trecho acima, a inocorrência do apontado vício no v. acórdão reprochado.

No v. acórdão dos embargos de declaração, consignou-se que *"(...)não se extrai da peça recursal nenhuma indicação efetiva de omissão, obscuridade ou contradição e face à indevida finalidade de instaurar discussão jurídica acerca de matéria já suficientemente apreciada não se extrai da peça recursal nenhuma indicação efetiva de omissão, obscuridade ou contradição e face à indevida finalidade de instaurar discussão jurídica acerca de matéria já suficientemente apreciada."* (fl. 538).

Assim, demonstrado que o acórdão embargado não padecia de qualquer vício, e que o insurgente em verdade pretendia, com o recurso, obter a reforma do julgamento, desnecessária e prolixa seria qualquer manifestação adicional a respeito do tema, posto que esgotada a matéria debatida.

A propósito, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR HORA CERTA. ART. 362 DO CPP. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. PREJUÍZO À DEFESA. INOVAÇÃO RECURSAL. TODAS AS QUESTÕES RESPONDIDAS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *"O reconhecimento de violação do art. 619 do CPP pressupõe a ocorrência de omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade tais que tragam prejuízo à defesa."* (AgRg no Ag 1.203.770/SP, Rel. Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**, **SEXTA TURMA**, julgado em 14/02/2017, DJe 02/03/2017).

2. *Matérias que sequer foram objeto do recurso especial, por se tratar de inovação recursal, não podem ser discutidas em sede de agravo regimental.*

3. Ademais, mesmo que superado o óbice, convém destacar que "não está o magistrado obrigado a responder à totalidade das dúvidas suscitadas pelo réu, quando for possível inferir das conclusões da decisão a inviabilidade do acolhimento das teses sustentadas." (HC 185.868/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 18/03/2013).

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1427082/PA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 18/10/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PREFEITO. APROPRIAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS. ART. 1º, I, DO DECRETO-LEI N. 201/1967. INTIMAÇÃO PESSOAL PARA SESSÃO DE JULGAMENTO. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS. VALIDADE. OMISSÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONFIGURADO. MERO INCONFORMISMO. AUTORIA E MATERIALIDADE CONSTANTES NAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA N. 7. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS INERENTES AO TIPO PENAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REDUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RETROATIVA. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

[...]

2. A violação do art. 619 do Código de Processo Penal pressupõe a ocorrência de omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade, não se confundindo com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo julgador.

[...]" (AgRg no AREsp 988.098/BA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 17/08/2017).

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HABEAS CORPUS. PEDIDO DE ADMISSÃO DE TERCEIRO INTERESSADO. IMPOSSIBILIDADE. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E/OU OMISSÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

[...]

2. Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de haver ambigüidade, obscuridade, contradição e/ou omissão no acórdão prolatado (artigo 619 do Código de Processo Penal). In casu, evidencia-se a não-ocorrência de tais condições.

3. O pedido de efeito infringente, muito embora seja

autorizado em situações extraordinárias - o que não se verifica na hipótese, denota, no presente caso, o intuito do embargante em ver modificado o decidido, pugnando pelo reexame do conteúdo meritório.

[...]

5. Pedido de admissão de terceiro interessado indeferido. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no AgRg no HC 376.788/PR, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 10/02/2017).

Ademais, no que tange à **fixação do valor a título de reparação civil, com base no art. 387, IV, do Código de Processo Penal**, a jurisprudência desta e. Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que deve haver **pedido expresso** do ofendido ou do Ministério Público e ser possibilitado o contraditório ao réu, sob pena de violação do princípio da ampla defesa.

Com efeito: *"Na linha da jurisprudência desta Corte, "a reparação de danos, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização. Precedentes."* (AgRg no REsp n. 1.813.825/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 25/06/2019). No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CPP. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. ART. 147 DO CP. AMEAÇA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DE DANO SOFRIDO PELA VÍTIMA. NATUREZA JURÍDICA. CABIMENTO PARA DANOS MORAIS E MATERIAIS. PEDIDO EXPRESSO DO QUANTUM NA DENÚNCIA. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM RELATIVO À REPARAÇÃO DE DANO.

1. Para que seja fixado na sentença o início da reparação civil, com base no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, deve haver pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e ser possibilitado o contraditório ao réu, sob pena de violação do princípio da ampla defesa. 2. Adequada a fixação de valor mínimo de indenização à vítima, porque, in casu, o Ministério Público requereu a fixação desse quantum no momento do oferecimento da denúncia (art. 387, IV, do CPP).

[...]

5. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp n.

Superior Tribunal de Justiça

1.670.246/MS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 24/08/2017).

Tal realidade, portanto, faz incidir, à hipótese, a **Súmula 568** desta **Corte de Justiça**, no sentido de que “*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante a respeito do tema*”.

Dessa feita, não merece trânsito a tese recursal, notadamente porque a decisão do Colegiado se encontra em total **conformidade** com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, incisos I e II, b, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial** e, nessa extensão, **negar-lhe provimento**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator